

finados ao próprio consumo, segundo as solicitações do mercado mundial em torno do qual gravitava.

O mercado interno estruturou-se a partir da decomposição dessa última estrutura, dando origem a uma gradual especialização das famílias em atividades elaborativas, no próprio campo ou nas cidades, sob a forma de unidades produtivas de estilo artesanal. Noutro plano, portanto, reconstruía-se a capacidade da economia nacional de reagir às flutuações da demanda externa pela concentração, conforme o caso, nas atividades agrícolas, para o fim de suprir excedentes exportáveis ou voltadas para o mercado interno, suprimindo produtos substitutivos de importações.

Não é este o momento de estudar o mecanismo de transição de um desses modos de produção para outro. Basta que consideremos que cada etapa preparou a subsequente. O Estado desempenhou, em todos os casos, importante papel, mas sua margem de arbítrio sempre foi muito limitada, porque sua intervenção tem origens que podem ser facilmente traçadas até as motivações criadas pela própria economia. Noutros termos, ele não estava acima do sistema, mas dentro dele, de modo que toda a evolução pode ser estudada como um processo natural e necessário.

Aparece o capitalismo

Essa evolução que, em condições especiais, reproduz de forma abreviada todo o longo processo vivido pela história clássica nos milhares de anos da Antiguidade e da Idade Média, fêz-se, no Brasil, com o comando do capitalismo. Era nos países capitalistas avançados que se geravam os impulsos que a economia brasileira recebia e elaborava. Entretanto, dentro do País a única forma avançada de capitalismo existente era o comercial, que operava como tecido conjuntivo entre essa estrutura arcaica e o sistema mundial moderno. Quer isso dizer que sua ação imediata não chegava ao interior da unidade produtiva. Esta se governava internamente pelas normas estabelecidas da produção natural, salvo muito excepcionalmente.

A divisão social do trabalho, cuja expressão foi o desenvolvimento do mercado interno, acima descrito, era essencial ao aparecimento de unidades produtivas de estilo capitalista. No mercado criado pela emergência de unidades "manufatureiras" de estilo artesanal começaram a surgir unidades fabris de estilo capitalista, que deslocavam em massa os pequenos produtores artesanais. Por outro lado na agricultura, no solo preparado pelo aparecimento de milhares de unidades familiares unidas ao fazendeiro pelos laços de enfiteuse, emergiram unidades de tipo superior, as "plantations" do tipo caféiro, onde os laços de enfiteuse começavam a ser substituídos pelos de salariedade, envolvendo essa transição um considerável avanço tecnológico.

A "plantation" reproduz, noutro plano, um tipo de divisão do trabalho que já conhecíamos na fazenda de escravos. Sua base socio-econômica, entretanto, é outra, porque não é mais a propriedade do homem, mas a da terra e do capital que fundamenta o poder do fazendeiro para planificar o trabalho interno da unidade. Trata-se de uma unidade muito mais especializada, porque, sendo livre a mão-de-obra, o fazendeiro a pode recrutar ou dispensar, segundo suas conveniências, não tendo, portanto, necessidade de organizar dentro da fazenda atividades não agrícolas, quando a produção

Economia Brasileira

Vol. VI

AS ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO Vol. VI

Vol. VI
RS Ignácio Rangel

A industrialização do Brasil pode ser descrita, toda ela, até aqui, como um esforço de substituição de importações, levado a efeito em condições especiais, propícias ao aparecimento de unidades produtivas de tipo capitalista, de elevada razão capital: produto, portadoras de técnica avançada para os padrões preexistentes.

Não era a primeira vez que a economia brasileira se empenhava a fundo num esforço de substituição de importações, como réplica ao fechamento dos mercados externos para nossos produtos de exportação. Ao contrário, coincidindo aproximadamente com os ciclos de Kondratiev, a economia se concentrava, ora na expansão das exportações, ora na busca de maior medida de autarcia, pela substituição de importações. Graças a isso, as forças produtivas puderam expandir-se qualquer que fosse a conjuntura secular externa.

Muda, entretanto, o modo como o sistema econômico brasileiro cumpre as tarefas do aumento das exportações ou da substituição de importações, refletindo o grau de desenvolvimento das forças produtivas já alcançado. O desenvolvimento do capitalismo no Brasil é um caso especial.

Ao emergirmos como nação independente, a economia estava basicamente organizada em unidades produtivas rurais, que distribuíram seus recursos de mão-de-obra e capital entre atividades propriamente agrícolas, supridoras de excedentes exportáveis, e serviços e atividades de elaboração ou "manufatureiras", estruturadas em torno da Casa Grande. A fazenda de escravos brasileira, não obstante seu caráter rural, não era uma unidade exclusivamente agrícola. Respondendo aos estímulos externos, gerados nos grandes mercados estrangeiros e amplificados pelo pouco mercado interno que havia, ela concentrava seus recursos na produção de excedentes exportáveis ou no suprimento de produtos elaborados substitutivos de importações.

O latifúndio, que a sucedeu paulatinamente, tal como a fazenda de escravos, era, simultaneamente, agrícola e "manufatureiro". Diferenciava-se daquela, entretanto, pela redução da importância das atividades de elaboração e prestação de serviços estruturadas em torno da Casa Grande. Embora esta conservasse algumas das suas antigas funções econômicas, a unidade elementar, tal como em seu paradigma, o feudalismo medieval, não era mais a fazenda, mas o lote familiar. Cada família, presa pelos laços enfiteutivos ao latifundiário, tinha o comando imediato de importante parcela dos recursos de mão-de-obra e instrumentos de trabalho. Noutro plano, reconstruía o complexo rural descrito para a fazenda de escravos. Também ela, portanto, gozava da faculdade de alternadamente expandir a produção agrícola destinada ao mercado, ou os serviços e a produção elaborativa, des-

agrícola entra em superprodução. O teatro das atividades substitutivas de importações (não agrícolas) transferia-se para fora da fazenda.

Em princípio, a mão-de-obra, em refluxo nos períodos de baixa conjuntura para os produtos agrícolas, podia reestruturar-se nas condições da enfiteuse, distribuindo-se entre atividades agrícolas para o próprio consumo e exportação e atividades manufatureiras, destinadas ao consumo familiar, nos moldes descritos para o latifúndio arcaico. Mas abria-se igualmente outra oportunidade, isto é, que a mão-de-obra em refluxo se dirigisse para as cidades, para aí organizar as atividades manufatureiras e os serviços substitutivos de importações.

Ordinariamente podíamos observar os dois movimentos, mas é claro que o primeiro tinha caráter regressivo, ao passo que o segundo representava uma solução progressiva. Além disso, representando a "plantation" uma estrutura mais forte e dinâmica, deslocando do mercado a agricultura enfiteútica, a segunda solução terminaria, inevitavelmente, por se impor.

O afluxo para as cidades da mão-de-obra excedente — diretamente da "plantation" ou do latifúndio enfiteútico arcaico arruinado por aquela — num momento em que os produtos de importação se tornavam escassos, criava as pré-condições para o desenvolvimento da economia de mercado. Nessas condições, nas regiões mais desenvolvidas do País, era inevitável que a produção mercantil simples cedesse o passo à produção capitalista de mercadorias, também substitutiva de importações.

A grande depressão

A grande depressão mundial veio encontrar no Brasil algumas regiões onde as pré-condições para essa transição já existiam, ao passo que noutras predominou a solução regressiva ou não foi possível aproveitar a mão-de-obra em refluxo da agricultura senão em quadros artesanais. Nos dois casos, porém, o mercado se expandia e a produção capitalista, onde quer que surgisse, teria afinal que deslocar a produção artesanal em todo o mercado nacional e não apenas na área onde surgisse.

A produção mercantil substitutiva de importações, capitalista ou não, estava em franco desenvolvimento ao sobrevir a grande depressão. A "plantation" exportadora, no comando do Estado, havia manipulado o câmbio no sentido da progressiva desvalorização da moeda, relativamente ao seu poder aquisitivo interno. Era a política do "câmbio cadente", não apenas em termos nominais, mas reais. Os exportadores se beneficiavam, auferindo um ágio no momento da liquidação das cambiais da exportação, compensando-se assim da queda do preço-ouro dos seus produtos.

Dadas as condições existentes no interior da economia — certo grau de madureza técnica, abundância de recursos ociosos de capital e mão-de-obra — o "câmbio cadente" devia ter e teve o efeito de impulsionar o aparecimento de indústrias e serviços supridores de alguns produtos antes importados. Fortalecia-se assim a classe de empresários capitalistas e se estruturava o proletariado urbano — os quais buscariam, pela própria ordem natural das coisas, conquistar certa medida de participação no comando do Estado. A revolução de 1930 foi a expressão concreta desse movimento, aproveitando um momento em que a crise mundial debilitava as posições

do latifúndio exportador e ao mesmo tempo, punha na ordem do dia a necessidade de incrementar a substituição de importações, a cargo da nova classe de empresários capitalistas, cujo prestígio social se elevava, precisamente por isso.

A nova classe não tinha forças para assumir o controle completo do Estado, mas compôs-se com a antiga classe dominante, melhorando suas posições anteriores, até o ponto de poder impor, entre outras coisas, uma inversão da anterior política cambial, chave de toda a política econômica. O "câmbio cadente" foi substituído gradualmente pelo "câmbio ascendente", pelo congelamento da taxa cambial, nas condições de progressiva queda do poder aquisitivo interno da moeda.

Esta política fortalecia a posição do substituidor capitalista de importações, relativamente ao pequeno produtor de mercadorias substitutivas de importações. Relativamente à mão-de-obra, o fator capital, via preços dos bens de capital, se tornava mais barato, impelindo todo o sistema para formas cada vez mais elevadas, do ponto de vista tecnológico, de indústrias e serviços substituidores de importações. Mesmo nos casos em que o objeto da substituição de importações era agrícola — como no caso do trigo — a mesma tendência se impunha.

A II Guerra Mundial

A II Guerra Mundial viria dar novo impulso ao processo, criando uma forte escassez de produtos importados, não apenas em âmbito nacional, mas também regional. Num país que dependia, na época, quase exclusivamente do transporte marítimo, o virtual estrangulamento deste teria, nas condições de persistente capacidade ociosa, que incentivar a diversificação da economia — em condições capitalistas, quando possível, em condições artesanais, quando não.

Ampliava-se o mercado interno, graças à divisão do trabalho, mesmo quando, por falta de equipamento moderno, a produção substitutiva de importações se organizasse em moldes artesanais. Quando fosse possível importar esses equipamentos, nas condições de crescente disparidade entre o poder aquisitivo interno e o externo da moeda, a industrialização — sob a forma concreta de substituição capitalista de importações — teria que incrementar-se, uma vez que o baixo poder aquisitivo interno da moeda determinava uma elevação do preço do fator trabalho, ao passo que o alto poder aquisitivo externo ou cambial da moeda nacional condicionava um baixo preço do fator capital.

Incidentemente, as regiões não maduras para as formas capitalistas, altamente concentradas, de substituição de importações, necessariamente teriam que se distanciar das não maduras para isso, condenadas a formas artesanais ou quase artesanais, suscitando assim o chamado problema regional, que se veio agudizando progressivamente e exigindo soluções enérgicas.

O balanço intersetorial

O baixo preço dos bens de capital importados, condições para a adoção de formas modernas de produção manufatureira de prestação de serviços e,

alguns casos, de produção agrícola — pelo fortalecimento da "plantation", relativamente à agricultura enfitêutica, neste último caso — necessariamente teria que conduzir a uma crise aguda no campo do suprimento dos bens modernos de produção.

Estes eram predominantemente importados, de modo que sua oferta global podia ser estudada como função da capacidade de importar e do modo de utilização desta. No intuito de ampliar a oferta de bens modernos de produção, o Estado limitava a importação de bens de consumo, induzindo assim novas substituições de importações, as quais dados os preços relativos dos fatores capital e trabalho já discutidos, tendia a fazer-se em formas capitalistas, isto é, induzir nova demanda de bens de produção estrangeiros.

O Estado tentou ampliar o suprimento de bens de produção no interior da economia, criando ou subsidiando as indústrias de base nacionais, mas esse empreendimento era financeiramente ruinoso, porque implicava no emprego de fatores caros — especialmente mão-de-obra — para o suprimento de produtos baratos — bens de produção cujo preço refletia a magnitude do subsídio cambial. Mesmo nos casos em que essas novas indústrias estivessem a cargo da empresa privada, as finanças públicas absorviam os deficits. Estes, por sua vez, determinavam a aceleração do ritmo da inflação, que, nas condições do câmbio congelado, aumentava a disparidade entre o preço dos fatores nacionais — especialmente da mão-de-obra — e dos bens de capital — tanto importados como de produção nacional subsidiada — intensificando assim a pressão sobre a capacidade de importar e tornando progressivamente mais deficitárias as atividades internas supridoras de bens de produção.

Noutros termos, nos quadros estabelecidos, a situação tendia a agravar-se progressivamente, uma vez que o suprimento de bens modernos de produção se mantinha estagnado, nas condições de uma grande e crescente demanda dos mesmos bens. Esse desequilíbrio básico encontrava expressão em todos os aspectos da vida nacional.

Expande-se o setor de bens de produção

A desvalorização cambial da moeda — medida que, não obstante seu caráter nitidamente industrialista, foi defendida, não pelos partidários da industrialização, mas pelos saudosistas do velho "câmbio cadente", apoiados nos interesses exportadores ligados ao latifúndio — era inevitável. Ela devia, no espírito de alguns dos seus promotores, limitar o ritmo de crescimento da economia, pelo encarecimento dos bens de produção importados.

O efeito verdadeiro e necessário foi outro, entretanto. O crescimento dos bens de produção modernos importados retirou as empresas dedicadas ao suprimento dos mesmos, no interior da economia, da posição deficitária em que se encontravam e imprimiu decisivo impulso à preparação de projetos destinados à rápida expansão do suprimento nacional dos bens de produção. Não apenas o capital privado nacional, mas também o estrangeiro, passou a tomar decidido interesse por essas atividades, em torno das quais toda a economia devia gravitar no período subsequente.

O equívoco dos promotores da medida — que contavam com a limitação do ritmo de industrialização, quando de fato o estavam acelerando —

teve como corolário político o afastamento do poder das forças que lhes haviam dado apoio. As posições de comando passaram para as mãos dos representantes dos interesses consubstanciados nos projetos de expansão do setor de bens de produção, codificados no Programa de Metas.

A política desse grupo tinha como objetivo precípuo criar condições para a elevação dos preços dos bens de produção, preços esses que, no setor de bens de produção condicionam a expectativa de receita das empresas a criar; subsidiariamente, pugnavam por manter baixos os preços dos bens de produção que estas usam. Ora, é óbvio que à medida que entrassem em operação as novas empresas, a política de subsídio à importação de bens de produção, mesmo os destinados à indústria de base nacional, entraria em conflito com o objetivo primordial, impulsionando no sentido de geral e crescente supressão do subsídio à importação de bens de produção.

Entretantes, a estrutura da economia se modificou, por efeito da adição de um vigoroso setor de bens de produção.

A taxa de inversão

A nova contradição, em torno da qual deve mover-se a economia, resulta da emergência do setor interno produtor de bens de produção, nas condições de violenta elevação dos preços desses bens. Se no próprio setor de bens de produção essa elevação de preços não exerce efeito depressivo sobre a demanda de bens de produção, função da taxa de inversão, enquanto esse setor está sendo criado, nos demais setores ela exerce tal efeito, baixando a eficácia marginal do capital e induzindo a preferência por funções de produção poupadoras de capital, regressivas do ponto de vista tecnológico. No setor de bens de produção esse efeito também está presente, mas, na fase de expansão galopante, ele é anulado. A emergência de capacidade ociosa nesse setor, portanto, contém a possibilidade de uma depressão generalizada, a menos que alhures surjam novas oportunidades de investimento.

A crise econômica, com suas sequelas financeiras e sociais que, mais uma vez, causaram a mudança de mãos do poder político, está ligada a esse fato. Em numerosos pontos do sistema a massa de oportunidades de inversão abertas não é suficiente para absorver os saldos monetários livres nem a oferta total de bens de produção, grandemente expandida esta, uma vez que, à capacidade de importar — que pode ser rapidamente ampliada pela organização de novos mercados externos — vem somar-se a oferta do recém-criado setor nacional de bens de produção.

A queda da eficácia marginal do capital, em condições monetárias normais, teria precipitado o País na depressão econômica. Nas condições da inflação, ela resulta numa oferta de capitais a taxas negativas de juros, o mais importante sintoma da presente conjuntura econômica brasileira. É óbvio que a elevação dos índices de atividade do sistema exige a utilização intensiva dos recursos assim oferecidos, para o que se torna mister, por um lado, suscitar uma demanda suficiente, nalgum ponto do sistema e, por outro, criar o aparelho capaz de viabilizar as transferências, sempre que não, seja possível suscitar a demanda no próprio lugar onde se forma a poupança, isto é, onde se gera a oferta de capital.

O fortalecimento do sistema bancário, o aparecimento de companhias de investimento, novos esquemas de lançamento de títulos, públicos e pri-

vados refletem o trabalho da contradição fundamental do sistema em sua presente etapa de desenvolvimento. Esse deslocamento do fulcro principal de atividade não é estranho às mudanças sobrevindas no comando político supremo do País.

A grande oportunidade de inversão

A oferta de capital a taxas negativas de juros, causada pela queda da eficácia marginal do capital e viabilizada pela inflação, que penaliza a retenção de saldos monetários livres, veicula forte subsídio ao empresário emissor de capital, mantendo relativamente alta a taxa de inversão. Entretanto, a brutal elevação da taxa de inflação necessária para a operação desse mecanismo e a emergência de capacidade ociosa no setor de bens de produção, não obstante isso, sugeria, desde há algum tempo, que o esquema se aproximava do ponto de rutura.

A chave do problema estava em encontrar uma nova oportunidade de inversão capaz de absorver em condições de rentabilidade relativamente elevada o capital disponível e em rapidamente ultimar a criação do mercado de capitais, para títulos públicos e privados, sem o que a oportunidade de inversão, uma vez descoberta, se perderia.

Num país que importa capitais estrangeiros a juros reais muito elevados — dada a debilidade do seu crédito externo — a oferta de capitais no interior a juros negativos em termos reais, com uma diferença que pode bem ser superior a 20 por cento, constitui uma anomalia. Se o capital é mais barato — em termos de taxa real de juros — no interior do que no exterior, a tendência natural é a exportação de capital, não a importação. Por exportação de capital devemos entender, num país devedor, a repatriação do capital anteriormente entrado e, num país que continua a importar capitais, a simples interrupção do processo teria o mesmo efeito.

Num país em que grande parte das importações se faz em condições de financiamento externo, a recusa em receber novos financiamentos envolverá uma redução da oferta global de importações e de sua parcela dominante, que são os bens de produção. Supondo-se que a demanda interna desses bens se mantém constante — o que implica em supor que a taxa de inflação continua elevada — o sistema seria chamado a expandir, com seus próprios meios, a oferta dos bens que deixariam de ser importados. O resgate dos financiamentos anteriores absorveria os recursos cambiais disponíveis, isto é, proceder-se-ia desse modo a repatriação do capital.

Do ponto de vista macroeconômico, a taxa de inversão não declinaria, porque a exportação implícita de capital é também investimento. Por esse lado, portanto, não declinaria o nível de atividade do sistema. Ao contrário, este se elevaria, porque a economia nacional, pelo uso de parte de sua capacidade ociosa, buscaria suprir substitutivos dos bens de produção financiados que deixariam de entrar. Na medida em que essa operação tivesse êxito, haveria uma elevação da taxa de inversão, no que esta interessa à formação de procura. O efeito multiplicador desse aumento da inversão repercutiria sobre todo o sistema, elevando a renda.

Como efeito dessa elevação, surgiram novas e melhores oportunidades de inversão, as quais, elevando a eficácia marginal do capital, tornariam

progressivamente dispensável a penalização inflacionária da retenção de saldos monetários livres. Este efeito secundário da repatriação de capital seria o ponto de partida para o novo surto de desenvolvimento do País.

Não é a exportação de capital a única oportunidade de inversão a abrir. Um sistema de medidas tendente a baixar o preço do fator capital — inclusive no caso de que este se exprima por bens de capital de produção nacional — induziria novas funções de produção poupadoras de mão-de-obra, isto é, intensivas quanto ao capital. O subsídio aos bens de capital produzidos no País é uma operação bem mais complexa do que o tradicional subsídio ao produto importado, mas convém notar que a simples organização do financiamento das vendas do equipamento nacional envolveria, nas condições presentes, considerável margem de subsídio. A assistência ao produtor marginal de bens de produção teria igualmente efeito depressivo sobre o preço desses bens, portanto, elevaria igualmente a eficácia marginal de capital, independentemente da elevação da renda.

Entretanto, um esquema de repatriação do capital seria a solução mais expedita. A única opção que se abre nesse caso consiste em saber se tal exportação será feita pelo Estado, resgatando compromissos anteriores, ou por pessoas privadas, caso em que haveria exportações, como as que se registram agora, sem resgate dos compromissos.

Novos mercados

A substituição dos produtos financeiros importados por outros supridos pelo próprio sistema seria parcialmente feita pelas atividades substituidoras de importações. Entretanto, se fôr possível expandir as vendas a novos mercados e receber produtos estrangeiros em pagamento, usando os recursos cambiais correntes, o efeito da operação será o mesmo, salvo no caso da disposição de estoques já pertencentes ao governo (IBCI), que não envolverão novos pagamentos aos fatores. Esses recursos, entretanto, atuariam à receita do setor público, e sua aplicação se desdobrando em pagamentos a fatores, isto é, em criação de renda disponível, da qual a demanda global é função.

Acresce que a demanda específica dos novos mercados será provavelmente diversa da dos mercados tradicionais, o que introduzirá novo elemento de mutação, suscitando novas oportunidades de inversão.

No longo prazo

A complementação do sistema com um vigoroso setor de bens de produção encerra o ciclo atual de desenvolvimento calcado na substituição de importações. O retorno do capital recebido no período anterior prolonga de certo modo e ultima o processo, mas é provável que o desenvolvimento nessa base não tome mais do que um período relativamente breve. A simples comprovação de que a economia está em condições de repatriar o capital recebido suscitará um movimento dos credores para consolidar seus créditos à base de um juro real mais baixo, ao mesmo tempo em que a elevação da eficácia marginal do capital no interior tenderá a elevar a taxa real de juros no mercado interno.

Nessas condições, embora concedendo prioridade aos problemas imediatos, cuja evolução provável tentamos esquematizar acima, é preciso lançar

as vistas para além do período imediato, onde toda a problemática se ordenará em torno da questão da repatriação do capital.

Desde já podemos surpreender duas tendências que deverão exercer papel decisivo em futuro próximo, a saber: externamente, a organização de novos mercados, os quais tornarão o País mais independente dos países desenvolvidos de velho capitalismo, cuja conjuntura econômica tem exercido tão decisiva influência sobre nossa própria conjuntura. Não é impossível que assistamos a um período de desenvolvimento calcado sobre a expansão das exportações, como outras vezes já nos aconteceu. Internamente, a mudança da estrutura agrária lançaria as bases para novo surto de elevação da renda e da industrialização.

A primeira fase da industrialização do Brasil independeu da reforma agrária, porque seu motor primário era a substituição de importações, induzida pela contração da demanda externa de nossos produtos, suscitando assim rompimento do equilíbrio intersetorial, não obstante a estreiteza do mercado. Mas se a reforma agrária não precedeu a industrialização, não quer isso dizer que esta possa ir muito longe sem ela, nem que a antiga estrutura agrária não tenha sofrido mudanças no decorrer do processo.

Do ponto de vista jurídico, a terra deixou de ser coisa fora do mercado para converter-se em mercadoria de corrente transação. A questão agrária converteu-se, assim, em problema do preço da terra o qual está sujeito aos movimentos da oferta e da procura desse fator. A oferta expandiu-se consideravelmente, por efeito do desenvolvimento dos transportes, do saneamento de áreas antes inabitáveis e da introdução de inovações agrônomicas que permitem a utilização de terras outrora sem uso agrícola. Em tais condições, só a emergência de uma demanda de terra para fins não agrícolas pode explicar a elevação do preço desse fator.

Essa demanda não agrícola existe sob a forma de procura especulativa de terra, visto como foi o mercado imobiliário de valores o primeiro a se estruturar e a absorver a poupança disponível, servindo a terra de reserva de valor e meio de defesa contra a erosão inflacionária.

A organização do mercado mobiliário de valores, que deverá prosseguir, como conseqüência do forte desequilíbrio entre o custo real do capital dentro e fora do País, subverte essas condições, podendo determinar uma violenta contração da demanda global de terra, pelo desaparecimento da demanda especulativa. O preço da terra, a certa altura, deverá baixar fortemente, e o que resta da velha estrutura agrária pré-capitalista não sobreviverá a esse abalo.

Nessas condições, novas e ilimitadas perspectivas de desenvolvimento abrirão para o País.

OBSERVAÇÕES SOBRE OS EFEITOS ECONÔMICOS DE ALGUNS IMPOSTOS

Anibal F. Villela

I NOTAS RELATIVAS A UM IMPOSTO SOBRE AS DESPESAS

Observando-se a composição da receita federal verifica-se que a partir de 1953 o imposto de renda passou a ser juntamente com o imposto de consumo a base da arrecadação federal.

Para alguns essa modificação na estrutura tributária é sinal de progresso, pois tal coisa acontece nos países mais adiantados. Os apologistas dessa mudança baseiam sua opinião nas decantadas virtudes do imposto de renda, que é apresentado nos manuais de finanças públicas como o imposto justo por excelência, como o imposto em que a equidade tende a ser perfeita.

Será realmente que essa modificação na estrutura tributária constitui algo de positivo, do ponto de vista do desenvolvimento econômico do País e do ponto de vista da equidade?

Parece que não, pois o imposto de renda como é atualmente cobrado no Brasil apresenta uma série de inconvenientes. Entre outros, podem-se mencionar o desestímulo à poupança e a não inclusão da agricultura.

O primeiro inconveniente já está sendo sentido nos países de estrutura tributária primordialmente direta, de vez que as altas taxas do imposto progressivo afetam a capacidade de poupança das empresas e desestimula o esforço produtivo de certas categorias de pessoas físicas. Em nosso país, parco de poupanças, os resultados poderão ser ainda mais sérios, não obstante as taxas vigentes serem bem inferiores às vigorantes no exterior.

A não inclusão da agricultura, num país como o Brasil, em que cerca de 26% de sua renda nacional é proveniente do setor agrícola, é, sem dúvida, um forte elemento de discriminação contra os demais setores.

Outro elemento de discriminação de menor monta é constituído pelos dispositivos legais que isentam jornalistas e professores e pelo fato de que o método de arrecadação é praticamente impotente para coibir a sonegação por parte dos profissionais liberais.

Em resumo, o imposto de renda vem causando uma discriminação a favor do setor agrícola e dentro do próprio setor terciário, por motivos e razões legais e administrativas.

Além dos inconvenientes fundamentais acima mencionados não se pode olvidar o fato de que em um país de renda *per capita* extremamente baixa como o nosso, o imposto de renda sobre as pessoas físicas, arrecadado *a posteriori*, constitui fator de desequilíbrio dos orçamentos familiares, pois, na maioria dos casos o indivíduo não ganha suficientemente para fazer uma reserva financeira destinada a atender ao pagamento do imposto, obrigando-o a baixar seu padrão de vida durante os meses em que paga as prestações